

KATRINE EDUARDA SOARES CONSTANTE

**ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO:**

**contribuições e desafios a partir de uma experiência concreta
na cidade do Rio de Janeiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado da graduação de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Orlando Alves Santos Júnior

Rio de Janeiro, 2024

C757o

Constante, Katrine Eduarda Soares

Organizações Sociais e as Políticas Públicas de Educação: contribuições e desafios a partir de uma experiência concreta na cidade do Rio de Janeiro / Katrine Eduarda Soares Constante. -- Rio de Janeiro, 2024.
28 f.

Orientador: Orlando Alves Santos Júnior.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, 2024.

1. Organizações Sociais. 2. Políticas Públicas. 3. Lacunas do Estado. 4. Educação Pública. I. Santos Júnior, Orlando Alves, orient. II. Título.

KATRINE EDUARDA SOARES CONSTANTE


ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO:

**contribuições e desafios a partir de uma experiência concreta
na cidade do Rio de Janeiro**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado da graduação de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: 12/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR**
Data: 22/07/2024 15:30:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orlando Alves Santos Júnior

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA LUSCHER ALBINATI**
Data: 23/07/2024 16:20:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mariana Luscher Albinati

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, porque sei que, primeiramente, todas as portas da minha vida se abriram única e exclusivamente por causa da Sua vontade;

Dedico ao Instituto LECCA, por terem me dado a oportunidade de estudar, confiando na minha capacidade e inteligência e, desta forma, me proporcionando um futuro que eu jamais poderia imaginar: nunca vou ser capaz de expressar totalmente a minha gratidão porque não há palavras suficientes;

Dedico a minha família, mas especialmente ao meu avô, que doou tanto do seu tempo e esforço, unicamente para que eu pudesse alcançar meus objetivos e ser feliz, sem nunca pedir nada em troca;

Dedico as minhas amigas, Mylena, Leticia, Patricia e Raissa, que entraram para a minha vida junto com a UFRJ e que me apoiaram a cada dia no Fundão; e

Dedico por último, mas não menos importante, ao Paulo, minha alma gêmea e melhor amigo, por absolutamente tudo.

*“Não avaliamos a vida pelos anos vividos,
mas sim pelas pessoas que tocamos a nossa volta”*

(Suzanne Collins; Jogos Vorazes, 2008)

RESUMO

Este trabalho foca na influência da organização não governamental na educação fundamental do Rio de Janeiro, a partir da identificação de lacunas no funcionamento do sistema público. Explora como ONGs, como o LECCA, buscam contribuir para preencher essas lacunas, promovendo equidade educacional. Avalia políticas educacionais e o impacto do Instituto LECCA. Destaca a colaboração entre setor público e ONGs, sugerindo melhorias nas políticas. Enfatiza o papel vital das ONGs na vida das pessoas, evidenciando a necessidade de suprir deficiências estatais para garantir oportunidades iguais na educação.

Palavras-chave: terceiro setor, primeiro setor, educação, políticas públicas, Organizações Não Governamentais (ONGs), cooperação, lacunas educacionais, impacto social, igualdade de oportunidades, direito à educação.

ABSTRACT

This study focuses on the influence of non-governmental organizations in Rio de Janeiro's education system, highlighting failures within the public system. It explores how NGOs, such as LECCA, fill these gaps by promoting educational equity. It evaluates educational policies and the impact of the LECCA Institute. It highlights the collaboration between the public sector and NGOs, suggesting improvements in policies. It emphasizes the vital role of NGOs in people's lives, highlighting the need to address state deficiencies to ensure equal educational opportunities. This study is crucial for enhancing the educational system by providing valuable insights for future decisions.

Keywords: third sector, first sector, education, public policies, Non-Governmental Organizations (NGOs), cooperation, educational gaps, social impact, equal opportunities, right to education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fatores de Risco para Defasagem Idade série de um ano ou mais e dois anos ou mais na 4ª Série do Ensino Fundamental	12
Figura 2 - Índice IDEB, 2019	14
Figura 3 - Regiões administrativas da Rede Municipal do Rio de Janeiro	18
Figura 4: Aprovação do Programa nas escolas públicas de excelência de 2007 a 2017	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 SEGREGAÇÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO RIO DE JANEIRO	11
3 AS PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO RIO DE JANEIRO	18
4 O INSTITUTO LECCA – HISTÓRIA E OBJETIVO	22
5 CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é motivado pela minha experiência educacional pessoal com uma Organização Não Governamental – ONG, o Instituto LECCA, durante os anos de 2009 e 2010. Essa fase da minha vida representou uma transformação profunda, impulsionando minha trajetória acadêmica na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. O impacto substancial desse Instituto despertou meu interesse em compreender como as organizações do terceiro setor podem exercer influência positiva no futuro das pessoas, especialmente quando o Estado, enquanto representante do primeiro setor, falha em cumprir suas responsabilidades fundamentais.

Tendo a interação entre o primeiro e o terceiro setor, com foco no direito à educação na sociedade carioca, a pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre organizações sociais e as políticas públicas de educação básica em vigor na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente com foco na experiência do Instituto LECCA.

Para alcançar esse objetivo, este artigo está organizado em três seções: a primeira seção faz uma breve análise das políticas públicas de educação básica na cidade do Rio de Janeiro, fazendo um balanço sobre a cobertura do ensino público e identificando algumas das suas principais deficiências. Partindo assim para a segunda seção, onde se reflete sobre as parcerias com organizações sociais na política educacional do Rio de Janeiro. Na terceira seção, é analisada mais profundamente a organização não governamental em questão, o Instituto LECCA, trazendo sua história e objetivos. Por fim, concluindo, busca-se refletir sobre como ONGs podem contribuir com o direito à educação e como ele influencia a vida e futuro das crianças.

Para este estudo, os objetivos específicos incluem: identificar e analisar as políticas educacionais em vigor na cidade; compreender as iniciativas do Instituto e seu impacto na vida das crianças atendidas; discutir o direito à educação e o papel das ONGs em preencher lacunas deixadas pelo Estado; e avaliar o progresso e os resultados do Instituto ao longo do tempo.

Esta pesquisa busca não somente compreender as deficiências do sistema educacional deixadas pelo Estado, mas também identificar e analisar como as organizações do terceiro setor e/ou como o próprio primeiro setor podem preencher

essas lacunas, contribuindo para a equalização de oportunidades educacionais na sociedade.

O presente estudo busca contribuir de forma significativa para a Administração Pública ao investigar detalhadamente a interação entre os setores público e o terceiro setor no contexto educacional. Uma área crucial de foco reside na identificação das lacunas e deficiências presentes no sistema público de ensino. Ao analisar as políticas educacionais em vigor, este estudo delimita claramente os pontos onde o Estado encontra dificuldades em atender plenamente às demandas da população nessa esfera.

Além disso, ao examinar a colaboração entre o Instituto LECCA e o setor público, este trabalho oferece exemplos concretos de cooperação bem-sucedida na promoção da educação. Esses exemplos não apenas servem como referência para a construção de parcerias, mas também proporcionam compreensões valiosas para o aprimoramento da efetividade das políticas públicas. Essa análise reforça a necessidade de suprir as lacunas deixadas pelo Estado, assegurando igualdade de oportunidades educacionais para todos os cidadãos. Em suma, este TCC proporciona análises e informações substanciais que podem embasar a tomada de decisões para aprimorar o sistema educacional.

2 SEGREGAÇÃO URBANA E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO RIO DE JANEIRO

Para entender melhor as contradições e limites das políticas públicas educacionais em vigor atualmente na cidade do Rio de Janeiro, tomaremos como referência a análise empreendida no livro “A Cidade contra a Escola?” organizado por Ribeiro e Kaztman (2008). A publicação traz diversas reflexões sobre a segregação urbana e as desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina. No âmbito do presente artigo mobilizamos em especial o artigo de Alves, Frano e Ribeiro (2008).

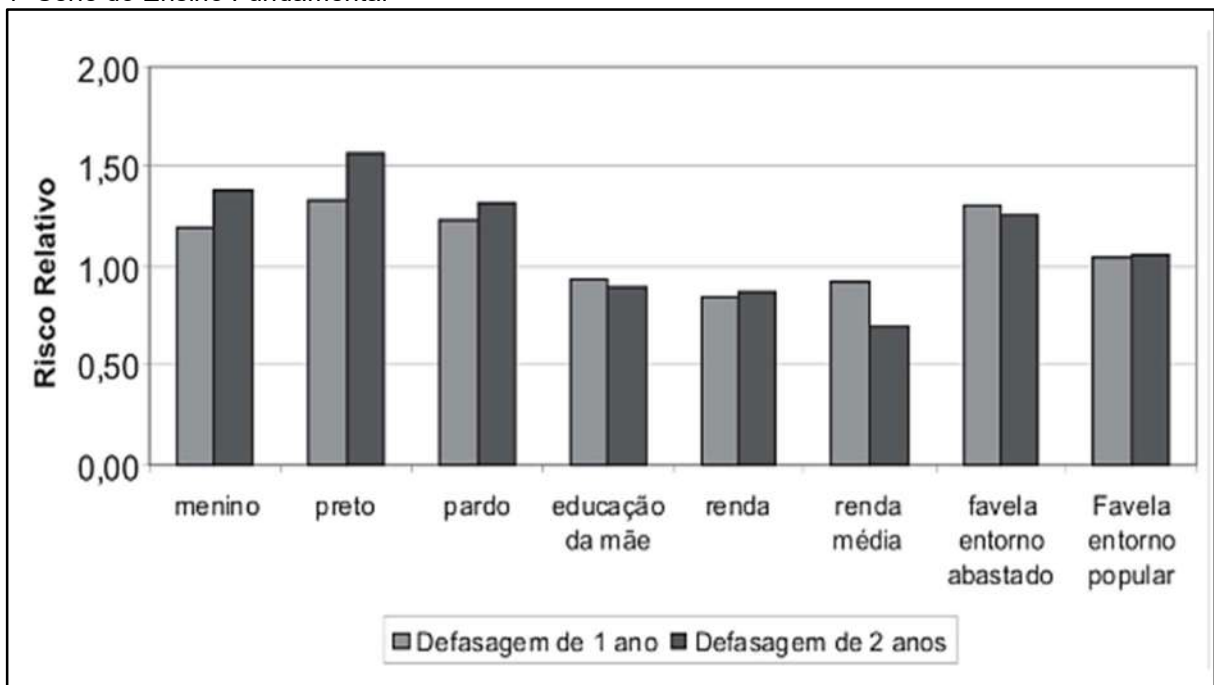
Alves, Frano e Ribeiro (2008) discutem a peculiaridade do cenário urbano do Rio de Janeiro, marcado pela presença de grandes favelas, muitas delas localizadas em áreas nobres da cidade. Apesar de taxas de aprovação escolar acima da média nacional, ainda há altos índices de reprovação, o que resulta em uma significativa distorção na idade-série. Este estudo investiga a relação entre o local de moradia e

o risco de distorção na idade-série, explorando o impacto do contexto social na vida das pessoas.

No Brasil, mostram que os estudos educacionais têm se concentrado em diversos fatores, como o desempenho dos alunos em testes, o contexto socioeconômico das escolas e suas características. Recentemente, apontam que tem havido um crescente interesse na relação entre a organização social da cidade e o funcionamento das escolas, especialmente em metrópoles como o Rio. Este estudo busca responder se a segregação residencial na cidade influencia o risco de distorção na idade-série.

Os resultados revelam uma associação entre morar em favelas e um maior risco de distorção na idade-série, especialmente em favelas próximas a bairros mais prósperos. A escola pode contribuir para essa disparidade, estigmatizando alunos de favelas vizinhas. Além disso, a segregação residencial afeta o capital social da população de baixa renda, o que tem impacto nos resultados educacionais. A configuração espacial das favelas e sua convivência com bairros adjacentes contribuem para essa dinâmica.

Figura 1 - Fatores de Risco para Defasagem Idade série de um ano ou mais e dois anos ou mais na 4ª Série do Ensino Fundamental



Fonte: Alves, Frano e Ribeiro (2008, p. 112)

Entretanto, o estudo revela que o maior risco de evasão escolar para jovens moradores de favelas em áreas nobres diminui o efeito de distorção na idade-série.

Isso pode ser atribuído a vários fatores, como oportunidades de emprego, economia local e condições precárias de moradia. Essas descobertas destacam a complexidade das relações entre segregação residencial e desigualdade educacional, sugerindo a necessidade de mais pesquisas para compreender esses mecanismos.

Portanto, com a ajuda do estudo, nós podemos ver que na situação do Rio de Janeiro, a segregação socioespacial da cidade afeta diretamente a educação pública, tendo em vista que ela afeta a experiência das crianças nas escolas. Dessa forma, se não houver políticas públicas que enfrentem este problema estrutural, nada adiantará para as crianças conseguirem melhorar seus estudos.

Para auxiliar ainda mais nessa contextualização, vale destacar o estudo de Souza (2011), sobre a rede municipal de ensino no Rio de Janeiro, que incorpora a história da cidade, em especial o fato de ter sido a antiga capital do país e como isso se relaciona com a educação.

Souza (2011) faz uma contextualização histórica, que mostra que o Rio de Janeiro tem uma história rica, cheia de mudanças políticas que moldaram sua rede de educação ao longo dos anos. Aponta que a fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio em 1975 ainda é motivo de debate, especialmente quando se trata de suas consequências para o sistema educacional local.

Desde o seu surgimento como entidade federativa, mostra que sempre houve um esforço para expandir a educação pública, algo que era enfatizado nos discursos políticos da época. Souza (2011) informa que Carlos Lacerda, ex-governador, destacou a importância de construir escolas como parte essencial do desenvolvimento do estado. No entanto, apontou que sua abordagem, focada mais na quantidade de escolas do que na qualidade educacional, trouxe desafios para a rede municipal, afastando-se das ideias de uma educação mais inclusiva socialmente.

Assim, dando continuidade a essa contextualização histórica, demonstra que durante os anos 1960 houve uma corrida para aumentar rapidamente o número de escolas, com a construção de estruturas pré-fabricadas. Embora temporárias, essas escolas continuaram em funcionamento por décadas, demonstrando a urgência em atender à demanda educacional.

Dessa forma, a partir dos anos 1970, Souza (2011) salienta que surgiram novas preocupações, como o desenvolvimento de tecnologias educacionais e a

necessidade de democratizar as relações escolares e constata que foi um período de transição, onde a participação ativa dos profissionais da educação foi fundamental.

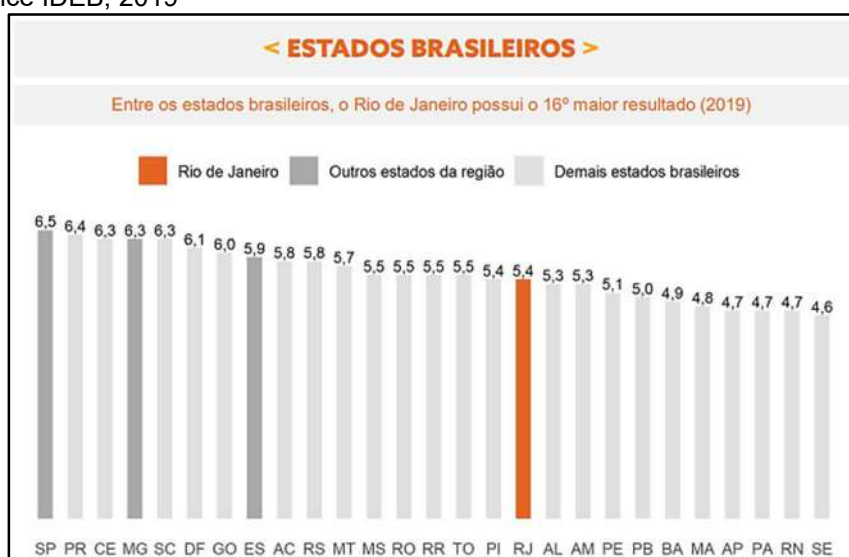
Concluindo, diz que nos anos 1990 a rede municipal enfrentou desafios relacionados à universalização do ensino fundamental, como altas taxas de evasão, distorção idade-série e falta de profissionais qualificados e que, diante desse cenário, a ideia de parcerias começou a ser enfatizada pelos gestores locais a partir dos anos 2000, como uma forma de enfrentar esses desafios.

Universalização que não acompanha investimentos estruturais e técnicos para essa ampliação do número de crianças, jovens e adultos que passam a fazer parte da rede. Os desafios são muitos, como os altos índices de evasão e analfabetismo funcional dos alunos, a elevada distorção idade-série, o baixo nível de conhecimento esperado para a série cursada e um persistente déficit de profissionais de apoio e de professores, principalmente, nas áreas de ciências naturais e exatas. (SOUZA, 2011, p. 107)

Assim, Souza (2011) mostra que a história da rede municipal de educação reflete não apenas as mudanças políticas e sociais da região, mas também os desafios e as estratégias adotadas ao longo do tempo para garantir o acesso à educação de qualidade para todos os seus cidadãos.

Abordando a situação da educação no contexto contemporâneo, podemos tomar como referência da situação o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que avalia a qualidade do ensino nas escolas públicas. Em 2019, O Rio de Janeiro ocupava a 16ª posição no IDEB, nos anos iniciais relativos a educação fundamental, como destacado na imagem a seguir.

Figura 2 – Índice IDEB, 2019



Fonte: Panorama da Educação Básica – Estados – Rio de Janeiro (2023)

Para aprofundar a discussão do IDEB, destaca-se o estudo de Soihet e Santana (2021), que mostram que a análise dos resultados do IDEB é essencial para verificar se as metas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação estão sendo alcançadas.

De acordo com as autoras, os resultados do IDEB mostram que o Estado do Rio de Janeiro tem enfrentado alguns desafios no campo da educação. Comparado a outros estados da Região Sudeste, o Rio tem apresentado pontuações abaixo da média, tanto nas séries iniciais quanto nas finais do ensino fundamental.

Soihet e Santana (2021) mostram que quando olhamos para o cenário municipal, os dados revelam que o Rio de Janeiro também enfrenta seus próprios obstáculos em termos de desempenho educacional. Embora tenha atingido algumas metas do IDEB em anos anteriores, os resultados mais recentes, de 2017 e 2019, não foram tão satisfatórios quanto o esperado. Apontam que isso levanta preocupações sobre a preparação dos jovens para o ensino médio, com questões como baixa frequência escolar, repetência e dificuldades de aprendizagem.

Além disso, é ressaltada a importância de analisar os investimentos públicos na educação do Rio de Janeiro e a estrutura do sistema educacional municipal. Apesar dos índices de alfabetização serem relativamente baixos, os resultados do IDEB indicam que ainda há desafios na qualidade do ensino oferecido.

Somam que a indicação política dos diretores das escolas municipais também é mencionada como um obstáculo, destacando a necessidade de uma abordagem mais técnica e pedagógica na gestão educacional. Portanto, diante dessas dificuldades, podemos afirmar que é crucial que as políticas públicas sejam revisadas e aprimoradas para garantir melhores resultados educacionais.

Corroborando com essa ideia, de acordo com Ragazzo e Almeida (2020), o estudo “Uma Estratégia Regulatória Local para a Educação Básica no Rio de Janeiro” optou por explorar a dinâmica educacional em um ambiente urbano complexo. O foco estava em entender as diferenças de desempenho entre as escolas municipais. Para isso, utilizaram dados georreferenciados, para analisar como essas escolas se saíram no IDEB, com um olhar especial para os primeiros anos do Ensino Fundamental. Essa análise permitiu identificar escolas próximas geograficamente, o que possibilitou comparações mais significativas. Além disso, as informações fornecidas pelo INEP e pela prefeitura do Rio ajudaram a explorar se as diferenças entre essas escolas poderiam ser atribuídas a fatores socioeconômicos,

medidos pelo Índice de Necessidades Sociais Educacionais (INSE), bem como à presença de áreas de favelas.

Ragazzo e Almeida (2020), ao detectarem pares de escolas próximas com disparidades de desempenho, restou claro que são necessárias abordagens regulatórias adicionais para melhorar a qualidade da educação básica. Sob a perspectiva bottom-up, eles reconheceram que algumas escolas conseguem obter sucesso mesmo diante dos desafios enfrentados, sugerindo que suas práticas podem servir de inspiração para outras unidades. Aprendendo com essas experiências locais, eles apontaram que poderiam se desenvolver estratégias regulatórias mais eficazes, mas que ainda seria necessário investigar qual a melhor maneira de implementá-las, seja por meio do apoio governamental federal ou de mudanças na governança regulatória municipal.

A decisão de focar nos primeiros anos do Ensino Fundamental, para Ragazzo e Almeida (2020), se justifica pela suposição de que as dificuldades nessa etapa afetam o aprendizado futuro, podendo influenciar até mesmo o Ensino Médio. Estatísticas confirmaram essa suposição, mostrando uma queda gradual no desempenho dos alunos ao longo dos anos. Esse cenário pode levar a consequências como a evasão escolar, enfatizando a importância de identificar e melhorar as práticas educacionais nesses estágios iniciais.

No entanto, eles concluem apontando que a falta de instrumentos regulatórios específicos no Rio de Janeiro para lidar com escolas de baixo desempenho destaca a necessidade de uma governança regulatória mais transparente e adaptada às necessidades individuais das escolas.

Retomando às autoras Soihet e Santana (2021), ressaltaram a importância de manter e aprimorar instrumentos de avaliação como o IDEB e o Censo Escolar, que são fundamentais para o desenvolvimento de uma governança regulatória local eficaz. Além disso, destacaram a necessidade de disseminar conhecimentos sobre experiências educacionais bem-sucedidas para escolas com baixo desempenho, propondo novos instrumentos regulatórios baseados em práticas inspiradoras, a fim de solucionar problemas específicos em cidades com características semelhantes ao Rio de Janeiro.

Portanto, até então, vemos que o passado da cidade do Rio de Janeiro e o seu presente se fundem para um sistema público educacional imperfeito, devido a fatores históricos e conseqüentemente geográficos, que ainda necessita de muitas

melhorias para atender da melhor forma possível todas as crianças cariocas e, assim, de fato desempenhar um papel importante na vida de cada um, levando a um futuro digno.

Ainda segundo Soihet e Santana (2021), a dificuldade de continuidade nos estudos para os jovens muitas vezes está enraizada na estrutura socioeconômica do país, onde a desigualdade de renda prevalece. Mesmo quando os jovens conseguem prosseguir nos estudos, a conciliação entre trabalho e aprendizado de qualidade é um grande desafio. No entanto, no município do Rio de Janeiro, o desempenho educacional abaixo da média nacional sugere que outros fatores além da condição econômica podem contribuir para essa fragilidade educacional.

Outro problema grave diz respeito à corrupção e à má gestão na implementação de programas educacionais. Esse assunto, abordado por Olivieri et al. (2018), é trazido pelas autoras, que argumentam que a qualidade da gestão é mais determinante do que a corrupção em si. Uma gestão eficaz é crucial para maximizar os recursos disponíveis e garantir a eficácia dos programas educacionais. No entanto, a falta de práticas de gerenciamento estratégico pode comprometer a tomada de decisões administrativas e a utilização eficaz dos recursos.

Soihet e Santana (2021) apontam que o município do Rio de Janeiro tem buscado melhorar a qualidade da educação básica através do planejamento estratégico desde 1993, intensificando esse esforço em 2008 com a descentralização administrativa na Secretaria de Educação. O Plano Estratégico 2017-2020 tinha como meta combater o analfabetismo funcional e garantir a permanência dos alunos no sistema público de educação. No entanto, ainda segundo as autoras essas metas não foram alcançadas devido, em parte, à má gestão.

Assim, demonstram que a má gestão emerge como um fator crítico que impacta a eficácia dos programas educacionais no município do Rio de Janeiro, destacando a necessidade de uma abordagem mais integrada e eficaz na gestão educacional para garantir resultados positivos a longo prazo.

Nesse cenário, podemos ver que a colaboração de ONGs pode se tornar fundamental para complementar uma gestão que não tem mostrado capacidade de enfrentar todas as lacunas identificadas.

3 AS PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Para entender o lugar das parcerias com organizações na política educacional do Rio de Janeiro, é necessário contextualizar como se configura o sistema educacional da cidade.

A estrutura da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro compreende um nível central e dez Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), cada uma abrangendo uma área específica da cidade. As Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) atuam como mediadoras entre as diretrizes da secretaria de educação e as escolas, supervisionando diversas áreas, como matrículas, infraestrutura, recursos humanos, logística, alimentação e gestão pedagógica, a fim de garantir o bom funcionamento das unidades escolares. Essa estrutura pode ser observada no mapa a seguir:

Figura 3 - Regiões administrativas da Rede Municipal do Rio de Janeiro



Fonte: Souza (2011, p. 107)

Segundo Souza (2011), apesar das variações sociais e demográficas entre os bairros, as parcerias educacionais têm sido cada vez mais decididas a nível escolar e das CREs, com menos intervenção do poder central. Entretanto, a falta de diretrizes municipais padronizadas para a aprovação dessas parcerias ainda persiste.

Souza (2011) aponta que, durante entrevistas que realizou em seu estudo para o trabalho de campo entre os anos de 2009 e 2010, com representantes das CREs, foi observado que não existe uma diretriz municipal para aprovação de

parcerias, e cada CRE segue seus próprios critérios. O acompanhamento dessas parcerias pelas CREs é próximo, mas a falta de sistematização dificulta a avaliação precisa dos projetos em curso. No entanto, as parcerias são consideradas fundamentais para melhorar a qualidade do ensino municipal, principalmente para suprir necessidades materiais imediatas das escolas e ampliar o repertório cultural dos alunos.

Apesar da maioria das CREs considerar as parcerias como essenciais, algumas coordenadoras expressaram preocupações com parcerias que demandam esforços extras das escolas (SOUZA, 2011). Elas ressaltaram a importância de ofertas estruturadas que atendam às demandas específicas de cada instituição. Além disso, a visibilidade que as CREs ganham com o sucesso desses projetos é um aspecto relevante, demonstrando o valor das parcerias como meio de divulgação do trabalho educacional realizado nas escolas. A autora aponta que essa relação reflete não apenas a necessidade imediata de recursos, mas também a busca por reconhecimento e fortalecimento da comunidade escolar.

Assim, como foi observado anteriormente neste artigo, vemos que as CREs se organizam levando em consideração também a estruturação geográfica e social da cidade do Rio, mas que isso só não é suficiente para atender às demandas. O que, por fim, vai nos trazer à problemática de projetos com organizações não governamentais, para poder contribuir para suprir a falta que o Estado faz na educação pública.

Para essa discussão, nos referenciamos novamente em Souza (2011). A análise realizada sobre a origem das parcerias na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro revela uma dinâmica em que as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) aguardam passivamente que os parceiros externos as procurem, resultando em uma distribuição desigual das parcerias. Aponta que esse cenário é particularmente preocupante nas áreas urbanas, onde a quantidade de empresas e organizações tende a ser maior, favorecendo uma oferta desproporcional de projetos. Essa falta de iniciativa das CREs pode ampliar as disparidades de oportunidades entre as escolas municipais, apud Lacerda (2009).

Em síntese, Souza (2011) destaca que a maioria das parcerias é iniciada pelas organizações parceiras, com pouca ou nenhuma participação das escolas na concepção dos projetos. Em geral, esses projetos são desenhados pelas organizações sem considerar as necessidades específicas das escolas. A falta de

uma análise diagnóstica prévia por parte das ONGs parceiras sobre as escolas da rede também é uma lacuna identificada.

O levantamento realizado por Souza (2011) identificou 25 organizações não-governamentais como parceiras importantes para as escolas e as CREs. Essas organizações têm diversos perfis, incluindo fundações empresariais, organizações surgidas a partir da década de 1990 com foco em questões específicas, ONGs de assessoria e apoio, entre outras. No entanto, mostra-se que nenhuma delas mantém um diálogo estruturado com a gestão pública ou as equipes escolares para o desenvolvimento de projetos conjuntos visando mudanças mais estruturais na gestão educativa.

Além disso, observou que as organizações parceiras geralmente não participam ativamente de espaços democráticos de discussão sobre políticas educacionais. Em relação aos impactos das ações das ONGs nas escolas, observa que a maioria dos projetos visa melhorar as condições de ensino-aprendizagem, ampliar o universo cultural dos alunos e professores, promover maior proximidade entre escola e família/comunidade, e contribuir para a melhoria física e estrutural das escolas. No entanto, há uma necessidade de maior coordenação e planejamento estratégico para garantir resultados mais eficazes e equitativos (SOUZA, 2011).

Russo (2013) realizou um estudo que investiga as parcerias entre Organizações Não Governamentais (ONGs) e escolas municipais do Rio de Janeiro, visando identificar sua natureza, origem e impacto. Ela aponta que a análise revela que as parcerias muitas vezes são iniciadas pelas próprias ONGs, com pouca participação das escolas na concepção dos projetos. A distribuição desigual dessas parcerias levanta preocupações sobre a equidade de oportunidades para os alunos. Em termos de perfil, afirma que a maioria das ONGs é ligada a fundações empresariais ou empresas locais, seguidas por organizações com foco em questões específicas como educação ambiental e direitos humanos. No entanto, sua participação em espaços democráticos de formulação de políticas educacionais é limitada (RUSSO, 2013).

Quanto aos beneficiários, o mesmo estudo (RUSSO, 2013) mostra que a maioria dos projetos visa alunos, professores e equipe pedagógica, com ênfase em atividades socioculturais. No entanto, a falta de uma abordagem diagnóstica para atender às necessidades específicas das escolas sugere uma adaptação muitas vezes tensa dos projetos à realidade escolar.

Resumindo, o estudo destaca como as parcerias entre ONGs e escolas municipais do Rio de Janeiro são importantes, mas também aponta para alguns desafios significativos. Por exemplo, há uma falta de transparência e participação das escolas na concepção e implementação dessas parcerias, além de preocupações sobre a equidade e adequação dos projetos às necessidades locais.

Apesar das limitações encontradas durante a pesquisa, como a baixa resposta das escolas e a falta de acompanhamento das instâncias governamentais sobre as parcerias, o estudo oferece algumas reflexões importantes. Normalmente, nas parcerias entre ONGs e escolas municipais do Rio de Janeiro, é a própria ONG que dá o primeiro passo na colaboração, muitas vezes sem experiência prévia na área da educação e por exigência de financiadores externos. Por outro lado, os agentes governamentais e as equipes escolares tendem a adotar uma postura passiva, enxergando a parceria como uma relação de doador-receptor, com pouca interação e diálogo efetivo na elaboração e implementação de projetos conjuntos.

Russo (2013) observa que as ONGs têm pouca interação com as instâncias governamentais e com as equipes pedagógicas das escolas, o que pode levar a uma abordagem paralela ou parcial nas atividades desenvolvidas, sem uma integração efetiva com o projeto pedagógico da escola ou da rede como um todo. Isso suscita questionamentos sobre a autonomia das ONGs e sua dependência de recursos estatais.

No entanto, como Russo (2013) adverte, algumas ONGs parecem ocupar um lugar ambíguo, atuando como substitutas do Estado ao mesmo tempo em que promovem espaços de resistência e fortalecem as relações democráticas dentro da escola. Este cenário ressalta a complexidade das relações entre ONGs e escolas públicas, exigindo uma análise mais profunda que vá além da dicotomia de substituição do poder público versus fortalecimento da escola pública.

Este estudo aponta para a necessidade de uma reflexão mais ampla e aprofundada sobre as parcerias entre ONGs e escolas públicas, considerando as contradições presentes nas próprias organizações e os diferentes impactos dessas parcerias na construção de uma educação mais comprometida com as demandas sociais. Souza (2013) reflete que o desafio para os pesquisadores do campo educativo é contribuir para um entendimento mais abrangente desses processos complexos e multidimensionais, visando enriquecer o debate e a prática educacional.

Nessa perspectiva, consideramos que a experiência da ONG Instituto LECCA pode contribuir com essa reflexão crítica.

4 O INSTITUTO LECCA – HISTÓRIA E OBJETIVO

Tendo em vista todo o contexto de políticas públicas educacionais consubstanciado anteriormente, trazemos um caso para análise, da ONG do Instituto LECCA e sua atuação na cidade do Rio de Janeiro e como ele influenciou a vida de crianças que não foram incorporadas pelo ensino público. Conforme afirmado por um aluno em entrevista realizada por Chehin (2019),

[...] Dessa forma, penso que as instituições de ensino deveriam ser mais como o iLECCA, que ajudassem potencializar o talento intelectual, sobretudo, de crianças que não tem a oportunidade de atingir o todo o nível que tem capacidade, devido a sua situação socioeconômica. (CHEHIN, 2019, p. 51)

Tendo por base um Termo de Cooperação sobre o Plano de Trabalho do Instituto LECCA e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, podemos analisar seus objetivos e missão.

O Instituto LECCA desenvolve o Programa Estrela Dalva para atender alunos superdotados de baixa renda nas escolas municipais do Rio de Janeiro. Este programa oferece atividades extracurriculares adaptadas às necessidades acadêmicas desses alunos, que são selecionados nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) por estarem próximas à instituição. O atendimento acontece no contraturno das aulas regulares, com o objetivo de ajudar os alunos a alcançarem seu potencial máximo, preparando-os para serem cidadãos produtivos e bem integrados em suas comunidades e no país. O Instituto LECCA trabalha em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro para oferecer essas atividades especializadas.

Para ampliar o conhecimento do Instituto LECCA e o desenvolvimento do programa, usaremos o estudo da Chehin (2019), “A Eficácia do Atendimento de um Programa para Crianças Superdotadas de Classe Desfavorecida”. O texto destaca a importância crucial de apoiar crianças superdotadas que vêm de ambientes menos privilegiados, focando no trabalho do Instituto LECCA e suas conquistas. A autora ressalta a falta de discussão sobre essa questão no Brasil e o desafio das escolas em entender e auxiliar essas crianças da melhor maneira possível. O texto também enfatiza que o talento não é determinado pela classe social, mas sim pela falta de

oportunidades justas para essas crianças desenvolverem suas habilidades, o que perpetua o ciclo de pobreza em muitas famílias.

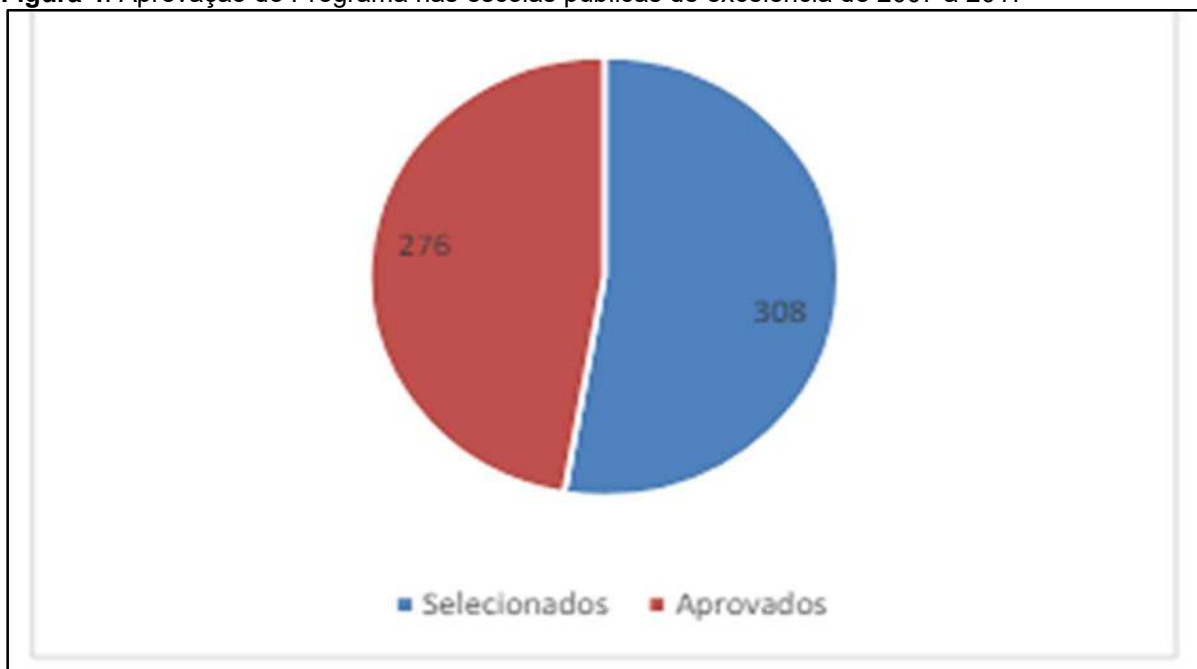
O Instituto LECCA, iniciado em 2003 como uma organização sem fins lucrativos, busca melhorar a qualidade de vida em comunidades carentes através da educação. Seu time é formado por voluntários dedicados, incluindo professores, psicopedagogos e psicólogos, que se unem para oferecer suporte aos superdotados. Eles trabalham em três áreas fundamentais: educação acadêmica, cultural e ética, expandindo as oportunidades para todos os atendidos (CHEHIN, 2019).

O programa Estrela Dalva se destaca por seu papel no desenvolvimento acadêmico e pessoal de crianças superdotadas de famílias com menos recursos. Durante dois anos, os alunos participam de atividades educativas e culturais após o horário escolar, preparando-se para ingressar em escolas públicas de alto nível. De acordo com a autora, os resultados do programa incluem a seleção de centenas de alunos para essas escolas, demonstrando o impacto positivo alcançado.

É ressaltada por ela a importância de identificar precocemente as crianças superdotadas para garantir que recebam o apoio adequado, envolvendo uma equipe multidisciplinar que inclui professores, psicólogos e psicopedagogos. Também é destacado o papel crucial das Coordenações Regionais de Educação (CREs) na identificação e suporte a essas crianças, especialmente em áreas socioeconômicas desfavorecidas.

Segundo pesquisa da Chehin, entre 2007 e 2012, o Programa Estrela Dalva testou 17.992 alunos da rede municipal, selecionando 144 para participar. Desses, 108 concorreram a escolas públicas de excelência. A taxa de aprovação foi de 80%, assim, afirma que os alunos do programa têm bom desempenho nos concursos atendidos. Conforme podemos observar na imagem a seguir:

Figura 4: Aprovação do Programa nas escolas públicas de excelência de 2007 a 2017



Fonte: Chehin (2019, p. 53)

Chehin (2019) enfatiza o impacto significativo que o programa tem na vida dessas crianças, não apenas durante sua participação, mas também em suas trajetórias futuras, proporcionando oportunidades educacionais mais desafiadoras e abrindo portas para um futuro de sucesso. Dessa forma, pontua:

Oferecer atividades como complemento à escola é uma boa possibilidade, como o Instituto LECCA, na cidade do Rio de Janeiro, que leva às escolas públicas que atendem crianças de classe desfavorecida aulas com conteúdos avançados, em um processo de aceleração e enriquecimento cultural. (CHEHIN, 2019, p. 22)

Para corroborar ainda mais com a influência e sucesso do programa, Cavalcanti (2017) traz uma pesquisa baseada no estudo sobre as perspectivas de alunos superdotados de camadas populares sobre suas trajetórias de aprendizagem.

No estudo, a autora afirma que o papel crucial da escola na vida dos jovens é destacado pelo seu potencial de proporcionar um ambiente onde formam identidades e desenvolvem autonomia e pensamento crítico. No entanto, aponta que jovens talentosos de origens populares frequentemente enfrentam uma dupla exclusão: social, pela falta de acesso a educação de qualidade, e específica, pela não identificação e apoio aos seus talentos. Essas limitações materiais e culturais

impactam negativamente o desenvolvimento de habilidades e talentos, dificultando sua realização plena.

Neste estudo, Cavalcanti, citando Ambrose e Guenther, sustenta que questões ideológicas, políticas e ambientais perpetuam esse cenário desigual, afetando o desenvolvimento neurológico e socioemocional das crianças. A falta de preparo dos professores e a estrutura escolar inadequada também contribuem para a exclusão dos alunos superdotados do sistema educacional, muitas vezes levando-os a se sentirem deslocados ou marginalizados (CAVALCANTI, 2017).

A autora traz os exemplos que no Rio, instituições como o Instituto Rogério Steinberg (IRS) e o Instituto Lecca (ILECCA) oferecem programas que visam identificar e desenvolver talentos entre jovens de camadas populares. Esses programas não apenas oferecem educação complementar, mas também promovem autonomia moral, valores positivos e integração social, essenciais para o crescimento pessoal dos participantes.

Cavalcanti (2017) afirma que em um contexto nacional marcado pela pobreza e desigualdade, é fundamental reconhecer e valorizar as diferenças para garantir igualdade de oportunidades. A educação desempenha um papel crucial ao proporcionar um ambiente inclusivo e equitativo, transformando o destino daqueles que enfrentam condições adversas desde cedo, oferecendo-lhes as liberdades de escolha que antes pareciam inalcançáveis.

5 CONCLUSÃO

A motivação inicial para estudo foi a minha experiência pessoal com o Instituto LECCA, porque fui uma das alunas selecionada pela ONG, nesse requisito de superdotação mencionado anteriormente, e posteriormente aprovada em uma escola de excelência (Colégio Pedro II), o que, futuramente, me trouxe à UFRJ e a este exato momento de elaboração do trabalho de conclusão de curso. Portanto, eu, sendo o resultado palpável da influência de ONGs, acho injusto que outras pessoas que não tiveram a mesma sorte não possam desfrutar de um futuro próspero, tendo em vista a lacuna que o Estado deixa na educação pública, gerando falta de oportunidades.

A base da gestão pública, ou seja, sua legislação, afirma que a educação deveria ser garantida pelo Estado, conforme a Constituição Brasileira de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Além disso, para maior fundamentação, temos também a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Podemos citar também o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Com base nessas leis, entendemos que todos deveriam ter o mesmo direito a uma excelente educação, onde todas as crianças pudessem ter chances equivalentes para conquistar no futuro uma qualidade de vida digna. Dessa forma, podemos observar que a educação é de tão extrema importância para a pessoa humana que há diversas bases legais para sua concepção. Mas, ainda assim, o Estado encontra dificuldade de aplicá-la.

O objetivo do presente estudo foi investigar as políticas educacionais no Rio, apontando deficiências no sistema público, como altas taxas de alunos fora da faixa etária adequada e segregação urbana. Para suprir essas lacunas, o setor público tem contado com parcerias com organizações não governamentais, como o Instituto LECCA, trazido como um estudo de caso para exemplo. Vimos que essas colaborações ajudam a fornecer recursos materiais e culturais necessários, mas também evidenciam a dependência do sistema educacional para com iniciativas externas.

Assim, esta pesquisa destacou a importância de uma gestão pública mais eficiente e autossuficiente, capaz de enfrentar os desafios educacionais sem depender exclusivamente de apoio externo. Para isso, entendemos que é necessário que ajam políticas públicas mais bem estudadas e, conseqüentemente, estruturadas, com estratégias que promovam igualdade de oportunidades

educacionais para todos os cidadãos, independentemente de onde vivam ou de sua situação socioeconômica.

Ao considerarmos o futuro da educação no Rio de Janeiro, é crucial não apenas manter parcerias com ONGs, mas também fortalecer as capacidades internas do Estado para assegurar um sistema educacional verdadeiramente inclusivo e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima; FRANCO JUNIOR, Francisco Creso Junqueira; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação Residencial e Desigualdade Escolar no Rio de Janeiro. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola? segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008, p. 91-118.

CAVALCANTI, Paula Teresa Pessoa. **Perspectivas de alunos superdotados de camadas populares sobre suas trajetórias de aprendizagem**: guia de orientação para programas de superdotados. 2017. 68f. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão)-Instituto de Biologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

CHEHIN, Maria Clara Ligiéro. **A eficácia do atendimento de um programa para crianças superdotadas de classe desfavorecida**. Programa Estrela Dalva – Instituto LECCA. 2019. 61f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação)-Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, 2019.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert; ALMEIDA, Guilherme da Franca Couto Fernandes de. Uma Estratégia Regulatória Local para a Educação Básica no Rio de Janeiro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n3, 1-19, março, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/93964>. Acesso em: maio, 2024.

RUSSO, Kelly. Parceria entre ONGs e escolas públicas: alguns dados para reflexão. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v 43, n 149, 614-641, agosto, 2013. Disponível em <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/2668>. Acesso em: maio, 2024.

SOIHET, Elena; SANTANA, Livia Mafra. O desempenho educacional no município do Rio de Janeiro e análise do financiamento através do FUNDEB. *In*: Encontro Nacional de Economia Política, XXVI, 2021, Goiânia – Evento Virtual. **Anais ENEP**. Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2021. 23f.

SOUZA, Kelly Cristina Russo de. **Os “argonautas da cidadania” no mar da educação. Movimentos sociais, ONGs e fundações empresariais na escola pública brasileira**. 2011. 204f. Tese (Doutorado em Educação)-Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011.